



# Anais da Assembleia

Nº 030

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA A  
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 1992

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Lourenço Fregonese.

As dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Tadeu Lúcio Machado, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Milton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Duílio Genari e Orlando Pessuti (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Não há ata a ser lida, em virtude de ser a 1ª Sessão Extraordinária.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Requerimento:

#### REQUERIMENTO Nº 398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que as matérias constantes da Sessão Extraordinária marcada para a Sessão de hoje, sejam discutidas e votadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sessão Extraordinária para apreciação de votos.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas peço permissão a Vossa Excelência para registrar nos Anais da Casa uma pequena nota oficial do PT sobre o golpe de Estado no Peru. (Lê):

#### "NOTA DO PT SOBRE O GOLPE DE ESTADO NO PERU"

O Partido dos Trabalhadores condena veementemente o Golpe de Estado perpetrado pelo Presidente Fujimori, em conluio com as Forças Armadas peruanas.

A política econômica de Fujimori, seguindo orientações do FMI aprofundou a crise econômica e sobretudo social em que se encontrava mergulhado o Peru. O Golpe expressa a incapacidade dos aventureiros que se lançaram na Política na América Latina, de governar seus países no marco da democracia e em proveito das maiorias nacionais.

Os acontecimentos de Lima, hoje, como os de Caracas há poucas semanas, são a demonstração do efeito desestabilizador que tem sobre as instituições democráticas as políticas neoliberais na América Latina.

O Partido dos Trabalhadores expressa sua solidariedade com as organizações irmãs do Peru, conclama a um amplo movimento de solidariedade com os trabalhadores e democratas peruanos e exige do governo brasileiro uma condenação do Golpe e, como medida preliminar, a retirada de nosso Embaixador de Lima.

O Partido dos Trabalhadores junto com mais de 70 partidos que integram o Foro de São Paulo irá impulsionar ações tendentes ao pronto estabelecimento das liberdades democráticas e da Justiça Social no Peru.

São Paulo, em 06.04.92"

(aa) LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente do Partido dos Trabalhadores

MARCO AURELIO GARCIA

Secretário de Relações Internacionais"

Era isso. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças, passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que as matérias constantes da Sessão Extraordinária marcada para a Sessão de hoje sejam discutidas e votadas englobadamente. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 094/88 - VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 197/87, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que proíbe o tabagismo nos locais que especifica e dá outras providências. Com Relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/Nº 181/88

Curitiba, 27 de julho de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 106/88, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, veteei parcialmente o Projeto de Lei nº 197/87, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo objetiva a proibição de fumar em recintos fechados onde sejam obrigatórios o trânsito ou a permanência de pessoas, conforme enumeração exemplificativa dos seus arts. 1º e 2º; estabelece obrigações de avisos escritos e orais sobre essa proibição, e fixação de placas de advertência sobre a nocividade do fumo em lugares de sua comercialização; faculta a reserva de salas ou recintos especiais para fumantes; proíbe a comercialização de fumo ou tabaco em órgãos públicos e estabelecimentos de ensino da rede oficial e privada; fixa sanções; estabelece o prazo de regulamentação por decreto do Chefe do Poder Executivo; e adota outras providências.

A negativa de sanção do inciso VI do art. 1º do autógrafo, que levaria à proibição de fumar a "espaços franqueados ao públicos no interior de estabelecimentos comerciais, inclusive os que têm por objetivo principal servir, refeições ou lanches", justifica-se pelo fato de, se aprovado, apesar de parecer norma de tratamento genérico, vir a acarretar dificuldades àqueles estabelecimentos de pequeno porte - os mais frequentados pela maioria mais pobre, menos instruída e mais indefesa (armazéns, bares que servem refeições, lanchonetes, etc.) - cujos proprietários não teriam condições para construir salas

ou recintos especiais para fumantes, em razão de ônus que seriam certamente insuportáveis, dada a situação econômico-financeira por que passa o País. Essa regra não viria por si só a ser eficaz, portanto, na defesa da saúde da população, se foi essa a intenção dos legisladores estaduais, e criaria melhores condições de comércio àqueles comerciantes de maiores posses, que pudessem ter em seus estabelecimentos as salas ou recintos especiais para fumantes.

O não acolhimento ao dispositivo do § 3º do art. 3º da proposição, deve-se ao fato da exigência de placas de advertência com os dizeres "O FUMO FAZ MAL A SAÚDE" nos lugares que comercializem cigarros, estar adentrando, por se tratar de norma que influiria no próprio comércio dessa mercadoria, seara da competência legislativa exclusiva da União, como estabelece o art. 8º, inciso XVII, alínea "b", da Constituição Federal (legislar sobre matéria de Direito Comercial), além de ferir o princípio da liberdade de iniciativa, previsto no art. 160, inciso I, da mesma Magna Carta, tido como corolário do sistema capitalista de nossa economia e calcado na unidade de tratamento das regras econômicas em todo o território nacional. E além do mais, se uma mercadoria é livremente produzida no País, sobre ela e sua comercialização incidem tributos legalmente previstos, como então restringir o seu comércio, obrigando propaganda nociva ao mesmo? Se tal viesse ocorrer, deveria partir tal iniciativa do legislador federal, em nome da unidade antes referida.

O § 4º do art. 3º, desde que não acolhido o § 3º a que se reporta, e por ser sanção para o seu descumprimento, ficou sem razão de ser, motivo pelo qual também não mereceu sanção.

Não foi acolhido ainda o art. 5º do Projeto por tratar de propaganda obrigatória, ou seja, por obrigar que constassem de painéis, placas e propagandas fixas ou giratórias, anúncio de forma legível com a seguinte advertência: "O FUMO FAZ MAL A SAÚDE". Ora, isso viria a penetrar no campo de regulamentação de propaganda, restringindo-a de forma abusiva, porque é ela livre como estabelece o art. 153, § 8º, da Constituição da República, no qual há restrições expressas à sua desenvoltura. Tal argumento também serve ao próprio veto apostado ao § 3º do art. 3º, já antes justificado.

Os parágrafos 1º e 2º do art. 5º não acolhido, estabelecem prazo e sanções decorrentes da norma rejeitada, razão pela qual também lhes nega a sanção, por estarem, dessa forma, prejudicados.

Negou-se sanção, ainda, ao art. 6º da proposta por tratar de proibição da dis-

distribuição gratuita de cigarros, sob qualquer alegação, e ao seu parágrafo único por fixar sanções ao seu descumprimento (multa, apreensão e incineração da mercadoria). Distribuição gratuita de um produto corresponde a uma forma de sua divulgação que, se cerceada, viria a atingir também a já mencionada regra do art. 153, § 8º, da Constituição Federal.

Finalmente, o art. 8º não mereceu ser acolhido, por conter norma destinada ao cumprimento das Prefeituras Municipais, fato que violaria, se aceito, a autonomia municipal, assegurada pelo art. 15, inciso II, da Magna Carta, no que respeita a assuntos de seu peculiar interesse.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões de veto submeto à elevada apreciação dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 094/88

P A R E C E R:

A proposição em tela traz um veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 197/87, que foi comunicado a esta augusta Casa pelo Sr. Governador do Estado, através do Ofício nº DTL/nº 181/88 daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Casa de Leis.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Sr. Governador vetou parcialmente o referido Projeto de Lei, usando da atribuição que lhe confere o art. 28 § 1º, e o art. 47, inciso I da Constituição Estadual.

As razões que levaram o Senhor Governador a vetar parcialmente esta proposta a que se encontram na justificativa governamental, são as seguintes:

I - A proibição de fumar em recintos fechados onde o trânsito ou a permanência de pessoas for obrigatório, inclusive os que têm por objetivo principal, servir refeições ou lanches, caso fosse acatada, viria a acarretar dificuldades àqueles estabelecimentos de pequeno porte e cujos proprietários não teriam condições para construir salas ou recintos especiais a fumantes;

II - A exigência de placas de advertência com os dizeres "O FUMO FAZ MAL A SAUDE" nos lugares em que o cigarro é comercializado, influiria no próprio comércio dessa mercadoria, (§ 3º, do art. 3º da presente proposta). Além disso trata-se de matéria de direito comercial e de acordo com o artigo 22, I da CF é competência

privativa da União;

III - O não acolhimento do artigo 5º do Projeto, justifica-se por se tratar de propaganda obrigatória, que viria a penetrar no campo da regulamentação de propaganda, restringindo-a de forma abusiva. O mesmo vem a ocorrer com os seus §§ 1º e 2º.

IV - Quanto ao artigo 6º, a negativa veio em razão de que havendo proibição a distribuição gratuita de cigarros, isto implicaria diretamente na forma de sua divulgação;

V - E por fim o art. 8º, que se aceito violaria a autonomia municipal, no que se refere a assuntos de seu peculiar interesse, pois contém norma destinada ao cumprimento das Prefeituras Municipais.

Assim, sendo estes os motivos que levaram à aposição de VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 197/87, e estando a matéria em plenas condições de ser submetido à consideração do Plenário, opina-se pela manutenção do VETO PARCIAL.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.89

(a) CANDIDO BASTOS

Presidente

HERMAS BRANDAO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 106/88 - VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 101/87 - de autoria dos Deputados JOSÉ FELINTO e ANIBAL KHURY, que altera os dispositivos do anexo I, de que trata o art. 290, da Lei Complementar nº 14 de 26/05/82, com referência ao número de vagas da Carreira de Escrivão da Polícia Feminina. Com Relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/Nº 223/88

Curitiba, 17 de outubro de 1988.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 162/88, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei Complementar nº 101/87, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar o anexo I, de que trata o art. 290, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com referência ao número de vagas da carreira de Escrivão de Polícia Feminina.

O não acolhimento ao Plano de Lei em exame decorre de sua inconstitucionalidade, por ferir os mandamentos contidos nos arts. 25, § 1º, letras b e c e 35, da Constituição Estadual, os quais conferem

ao Chefe do Poder Executivo a competência, exclusiva para iniciar o processo legislativo de leis que criem cargos públicos, disponham sobre servidores do Estado e seu regime jurídico, ou que, de qualquer forma, impliquem em aumento da despesa pública.

Esses os motivos que me levaram a votar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 101/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o dispositivo do Anexo I, de que trata o art. 290, da Lei Complementar nº 14, de 26.05.82, com referência ao número de vagas da carreira de ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO;

SITUAÇÃO ATUAL

CARREIRAS	CLASSES	Nº CARGOS
Escrivão de Pol. Fem. 1ª	Classe	05
Escrivão de Pol. Fem. 2ª	Classe	10
Escrivão de Pol. Fem. 3ª	Classe	15
Escrivão de Pol. Fem. 4ª	Classe	20

SITUAÇÃO PROPOSTA

CARREIRAS	CLASSES	Nº CARGOS
Escrivão de Pol. Fem. 1ª	Classe	10
Escrivão de Pol. Fem. 2ª	Classe	20
Escrivão de Pol. Fem. 3ª	Classe	30
Escrivão de Pol. Fem. 4ª	Classe	40

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 26.11.87

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Em 14 de maio de 1982, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e o Senhor Governador do Estado sancionou a Lei Complementar nº 14, a qual, em seu Art. 290, estipulou o número de vagas nas classes de Escrivão de Polícia, da 1ª a 4ª classe, compatíveis para a época, porém hoje esse número de Escrivãs de Polícia é insuficiente devido a criação da Delegacia da Mulher e, esse atendimento sendo estendido por todo o nosso Estado, está deixando muito a desejar, face o número reduzido de profissionais nessa carreira, pois da 1ª a 4ª classe, são somente 50 (cinquenta) Escrivãs de Polícia, número esse tão ínfimo que a mulher paranaense não está tendo o atendimento policial, dentro do mínimo necessário e, inclusive, nas Supervisões Policiais de Ponta Grossa

e Maringá sequer tem lotada na Delegacia da Mulher, uma única Escrivã de Polícia, isso por falta de profissional nomeada e, nesse momento temos 22 (vinte e duas) Escrivãs de Polícia aprovadas no último concurso público e, lhes falta somente a última fase que é a Escola de Polícia, razão pela qual fazemos a proposta de elevação do número de vagas da carreira de Escrivã de Polícia Feminino.

Nestas condições, apresentamos o presente Projeto de Lei, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 106/88

P A R E C E R:

A presente Proposição, vinda a esta Casa através do Ofício Governamental nº DTL/223/88, veta o Projeto de Lei Complementar nº 101/87, por julgá-lo inconstitucional.

O Projeto de Lei Complementar nº 101/87, visa alterar o anexo I, de que trata o art. 290 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com referência ao número de vagas da carreira de Escrivão de Polícia Feminino.

O motivo exposto para o veto governamental foi que o referido Projeto de Lei Complementar fere a Constituição Estadual, nos seus arts. 25, § 1º, "b" e "c" e 35, que rezam ser da exclusiva competência do Governador a iniciativa de leis que criem cargos públicos, disponham sobre servidores do Estado e seu regime jurídico, ou que, de qualquer forma, implique em aumento da despesa pública.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, chamada a analisar o aspecto legal e constitucional da presente Proposição Veto, vemos que a mesma vem legal e constitucionalmente embasada.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável a manutenção do veto e por conseguinte a rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 101/87.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/89 - VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 283/88, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 108/88, que encaminha, de acordo com o disposto no art. 47 da Constituição Estadual, o Orçamento-Programa para o exercício de 1989. Sem Relatório da CCJ.

OF/DTL/Nº 238/88

Curitiba, 05 de dezembro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 178/88, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e da conformidade com § 1º, art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 283/88, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1989, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o contido no seu art. 12.

O não acolhimento ao citado dispositivo decorre de sua inconstitucionalidade, tendo em vista que, além de ferir o § 3º, do art. 33, da Constituição Estadual, é conflitante com os mandamentos do art. 32, da mesma Constituição, segundo os quais "A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita". É que a receita a que se refere o vetado artigo 12, não foi regulamentada a nível de Legislação Complementar à Constituição Federal, sendo, impossível, portanto, efetuar-se sua previsão.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões de veto submeto à elevada apreciação dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

O SR. JOSE TAVARES - Senhor Presidente, permita-me o uso da palavra para um esclarecimento ao bloco de sustentação ao Governo, para dizer o seguinte: que nós estamos numa sessão extraordinária convocada por Vossa Excelência, já que a sessão acaba há minutos de ser concluída, e nós vamos apreciar três vetos que segundo o próprio Plenário agora acaba de decidir, é numa única votação.

Eu gostaria de recomendar ao bloco de sustentação ao Governo, o voto pela manutenção dos vetos. São três que nós iremos decidir numa única votação, e a nossa recomendação é para que se mantenham os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão manifestar-se votando com as cédulas que contêm a expressão "sim", os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação, as cédulas que contêm a expressão "não".

O Sr. 1º Secretário procederá a chama-

da nominal para a votação.

O SR. JOSE TAVARES - Permita-me um esclarecimento, Senhor Presidente.

Apenas quanto ao processo de votação, se são três vetos numa única votação, cada parlamentar que for a favor da manutenção deverá colocar um voto só?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um voto só.

O SR. JOSE TAVARES - Obrigado.

O SR. 1º SECRETARIO - (Procede a chamada nominal).

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - E se o meu desejo for o de manter uns vetos, e outro, votar contrário ao mesmo? Não há possibilidade de se fazer isto. Eu questiono 3 votações em uma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deveria questionar antes. Agora Inês já é morta.

AO SR. DR. ROSINHA - Não. Inês não é morta. (Vozes paralelas).

Nós queremos levá-la a UTI para recuperá-la, porque é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu não sei como é que fala em latim, mas em português a Lei não protege quem dorme. Segue-se o processo de votação.

O SR. 1º SECRETARIO (Erondy Silvério) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 46 dos Senhores Deputados.

Designo a comissão constituída pelo Senhores Deputados Hermas Brandão, Nelson Justus e Nilton Barbosa para servirem de escrutinadores.

(E feita a escrutinação).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 46 (quarenta e seis) dos Senhores Deputados. 28 (vinte e oito) com a cédula "SIM" e 18 (dezoito) com a cédula "NÃO". MANTIDOS OS VETOS.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 08, logo após ao término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 002, 005 e 006/89.

Levanta-se a sessão.